

**A Itaguaí d’O alienista e a ciranda muito louca  
na Serafim de Nelson Pereira dos Santos.**

NELSON TOMELIN JR.\*

Na abertura da 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), em 1986, evento que teve importância histórica por consolidar um longo ciclo de participação social em torno da criação da lei do SUS (Sistema Único de Saúde), Sérgio Arouca lembrou do episódio em que numa cidade do interior do Paraná, por ocasião de uma Comissão de Saúde que se reunia a partir de um trabalho da Secretaria de Saúde daquele Estado, um camponês havia chegado ao microfone e dito o seguinte: “saúde é a possibilidade de trabalhar e ter acesso à terra”. O assunto enfrentado por Sérgio Arouca, como eco às preocupações daquela Conferência, girava em torno da questão de que seria a democracia o pressuposto inicial para que se consolidasse uma ampla política pública de saúde em nosso país, pois que saúde pressupõe participação popular na gestão de serviços e definição de estratégias de ação e prioridades. Então, o tema da saúde aí debatido começava a ganhar uma dimensão muito maior do que uma questão médica, ou como ausência de doença, igualando-se mesmo à noção de qualidade de vida, nas palavras de Arouca, nem sempre alcançada, mas ao menos ainda desejada. Da luta pela saúde, que naquele momento se afirmava como luta por direitos, sobretudo o direito à política, ao trabalho, à cidade, disputa mais do que urgente dado o período de ditadura nada branda que se buscava ultrapassar, se afirmaram os movimentos sociais da área ampliando o sentido de saúde como também sendo a ausência de medo. Assim, saúde passa também a ser a ausência de medo, pois que é condição de viver e relacionar-se com o mundo que advém da garantia de darmos a nós mesmos os objetivos que precisamos perseguir, a fim de alcançarmos a nossa felicidade, vivendo e pensando nossa própria existência.

De modo que, saúde, como *direito de todos*, pressupõe o direito garantido a todos os cidadãos de participarem dos processos históricos de formação social, e como *dever do Estado*, implica a garantia dessa participação, pois que poder participar é ter direito ao Estado. Assim, o que procurava efetivamente a 8ª CNS, no seu esforço de

---

\* Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas.

rediscutir o curso das políticas públicas na área da saúde, era refundar o Estado brasileiro, consolidar o direito à cidadania, haja vista que o que se buscava garantir era o direito à cidade, e como tal, o direito à reproduzir-se no campo da relação social, com qualidade de vida, morando e comendo condignamente, vestindo e brincando os sentidos todos conquistados pela cultura e, sobretudo, aprendendo a aprender juntos, o que já a democracia experienciada na 8ª CNS dava prova de ser possível. Não havendo, nem podendo haver assim, como princípio de garantia e direito à saúde, nada que não pudessem todos saber e compartilhar, ou que o aprendizado representasse relação de hierarquia e poder, nem trabalho algum que não fossem todos capazes de exercer, pois que saúde passava a ser o direito ao tempo próprio, o direito ao lazer, à cultura como um modo inteiro de criar o mundo que se sonha, e dele ter experiência. Daí a universalidade de acesso, a integralidade e equidade da assistência, a descentralização político-administrativa, o poder local, e então, a participação, que da luta faz a cidade um lugar de todos.

O conto *O Alienista* de Machado de Assis é a história de uma cidade, Itaguaí, que com a chegada do médico Simão Bacamarte, filho da nobreza da terra, tem o curso dos seus dias alterado de modo global. É a cidade uma personagem central no conto. O destino de Simão Bacamarte está marcado por esse pleito histórico que é a sua naturalidade. Nascido em Itaguaí, e daí ausente por alguns anos a fim de cumprir sua formação em medicina na corte portuguesa, o homem rejeita o concurso real para a sua permanência naquele país, declinando da promessa de cargos e demais honrarias, carreira que lhe merecia respeito e mesmo um sentido de vocação, mas que não alcançava o sentimento de afeto que dedicava à cidade natal. “A ciência, disse ele a Sua Majestade, é o meu emprego único; Itaguaí é o meu universo”.

No primeiro capítulo do conto, quando sabemos “De como Itaguaí ganhou uma casa de orates”, é quando também somos informados do primeiro fracasso de Simão Bacamarte como médico do corpo. A esposa D. Evarista, viúva, “não bonita nem simpática”, e desaconselhada por um experiente tio “caçador de pacas perante o Eterno”, é cientificamente escolhida para o matrimônio, e desejados fins reprodutivos, por ser mulher jovem e que reunia “condições fisiológica e anatômicas de primeira ordem”, pois que “digeria com facilidade, dormia regularmente, tinha bom pulso e excelente vista”. À beleza não fazia gosto, e mesmo da ausência desse traço nas feições

de sua D. Evarista, entendia um sinal de graça divina, “porquanto não corria o risco de preterir os interesses da ciência na contemplação exclusiva, miúda e vulgar da consorte”. Contudo, a sua desgraça foi lhe terem desenganado as certezas precisamente esses cálculos, matemática e ciência que haviam de lhe garantir a felicidade. “D. Evarista mentiu às esperanças do Dr. Bacamarte, não lhe deu filhos robustos nem mofinos”. Consultou a comunidade científica, aconselhando-se nas universidades italianas e alemãs; aprofundou-se no estudo da matéria e releitura dos escritores árabes que conheceu em Portugal; do que recomendou à esposa tratamento por precisos regimes alimentares e esperou. À resistência de D. Evarista, “explicável, mas inqualificável, devemos a total extinção da dinastia dos Bacamartes”.

A partir desse momento, o doutor assumirá outras práticas e derivações para o seu ofício de cientista. A ciência de Simão Bacamarte será a ciência da cidade e se consolidará pelas relações que travar nesse espaço. Assim, como médico, desiludido das suas impotências na cura do corpo – precisamente aquele que lhe pertencia como a um nobre as rendas da terra – o Dr. Bacamarte se imiscuirá da alma, “o recanto psíquico, o exame de patologia cerebral”. E valendo-se da invisibilidade própria desse campo, o anímico e o psicológico, Simão Bacamarte alcança a materialidade que buscava, a cidade de Itaguaí. O médico acorre com eloquência à Câmara, e como apoio da vereança conquista a criação de um novo imposto a fim de subsidiar seus projetos, matéria não fácil de decidir quando “tudo estava tributado em Itaguaí”. Se Paul Valéry afirmou que o mais profundo é a pele, por sua vez provará Simão Bacamarte que o mais profundo ainda estaria por vir, na Rua Nova da sua cidade natal, “a mais bela rua de Itaguaí naquele tempo”.

“A Casa Verde foi o nome dado ao asilo, por alusão à cor das janelas, que pela primeira vez apareciam verdes em Itaguaí. Inaugurou-se com imensa pompa; de todas as vilas e povoações próximas, e até remotas, e da própria cidade do Rio de Janeiro, correu gente para assistir às cerimônias, que duraram sete dias”.

Simão Bacamarte é um reformador da cidade, na medida em que será nesse espaço que se justificarão seus arroubos científicos. A inauguração da Casa Verde é um evento na província, e uma nova cultura em Itaguaí, com suas cinquenta janelas por lado, nunca antes nessa cor, pátio no centro, e, a despeito da enormidade do projeto, mesmo para os padrões atuais, numerosos cubículos para os hóspedes. O mais profundo

é Itaguaí, onde a fundação da Casa Verde cumpre o tempo da criação mítica, festejada em sete dias de comemorações públicas. A casa de orates refunda a cidade de Itaguaí, e como novidade, seu festejo se inscreve no processo histórico de invenção da cultura. Ao fim e ao cabo, é Itaguaí preparada para receber o manicômio, que emprestará renovados sentidos àquela experiência social de cidade, tanto quanto se explica pelas possibilidades daquela formação histórica específica, mas não ilhada no tempo, haja vista seus projetos serem compartilhados pela compreensão homenajeosa das “vilas e povoações próximas, e até remotas, e da própria cidade do Rio de Janeiro”. Itaguaí é a cidade da experiência de Machado de Assis, escritor que nos acompanha na virada do século evidenciando os sujeitos históricos que se notabilizariam na República vindoura. A casa de orates não seria apenas o esforço de “meter todos os doidos dentro da mesma casa”, projeto que escandalizou a voz isolada de um “digno magistrado” da vereança do Império, como que a repelir os processos históricos em curso, evidenciando assim as resistências à formação de novos sentidos, ecoados também por outros dignos itaguaienses, como narrativa de um quadro que nos expõe as tintas da formação de um novo modo de produção. E como diz Raymond Williams (2005), nenhum modo de produção se estabelece sem que uma cultura seja destruída, aliando novas compreensões ao que Marx e Engels (2007) expõem acerca da *Ideologia Alemã* ao afirmarem que todo modo de produção é antes de tudo um modo de reprodução da vida. A Casa Verde não apenas seria o esforço de arregimentar os doidos de Itaguaí, mas daria os critérios do normal e do anormal, compreensível no processo de invenção de uma política que não prescindiria da interposição de balizas sociais à conquista da liberdade que os movimentos sociais da escravidão punham à porta das cidades (CHALHOUB, 1996). O direito ao trabalho livre se explica num espaço social de disputas e contradições, tanto quanto o advento manicomial se esclarece no quadro de formação humana que a sociedade de classes do modo de produção capitalista consolida na República brasileira. Na Itaguaí do final do Império essa história está por vir, mas não necessariamente ou como desenrolar determinado ou natural da cultura humana, precisando ser inventada.

Ao que sabemos, segundo o autor do conto, pelas “crônicas da vila”, Simão Bacamarte se faz médico das almas em Itaguaí, cuja vereança, dentre “outros pecados de que é arguida pelos cronistas, tinha o de não fazer caso dos dementes”. Precavendo-nos de eventuais arroubos hiperimpíricos, sabemos desde Thompson (1997), quando

este o soube pela experiência da pesquisa e pelo enfrentamento político do conhecimento histórico, que a compreensão do *fazer-se* da história é um contradiscurso à divisão ideológica entre teoria e prática, pensamento e práxis social, e, como bem o observou Marx, entre planejamento e execução. E é nesse fazer-se, quando se pôde enfim, e com propósitos já antecipados, observar o descabido de cada doido furioso ser trancado em um cubículo na própria casa, “até que a morte o vinha defraudar do benefício da vida”, ao passo que os mansos quedavam-se à solta pelas ruas, que Simão Bacamarte “entendeu desde logo reformar tão ruim costume”. A devoção à cura vem dessa divisão entre furiosos e mansos, ampliação histórica do campo de ação da medicina, quando a rua precisa enfim ser reformada dos hábitos e comportamentos. O Dr. Bacamarte, assumindo a demanda do seu tempo, “pediu licença à câmara para agasalhar e tratar no edifício que ia construir todos os loucos de Itaguaí e das demais vilas e cidades, mediante um estipêndio, que a câmara lhe daria quando a família do enfermo o não pudesse fazer. A proposta excitou a curiosidade de toda a vila, e encontrou grande resistência, tão certo é que dificilmente se desarraigam hábitos absurdos, ou ainda maus”.

O novo negócio de Bacamarte permite a exigência de contrapartida financeira pelo poder público, haja vista não serem apenas seus os benefícios. Aos que aí se aliam, a aceitação irrestrita da nova cultura, aos que se opõem, o eventual epíteto da maldade. Deste último recurso nosológico não lançará mão desavisadamente o dito cientista, antes disputará no campo da política e da história as sempre contingentes resistências. Como dirá o vereador, que não acreditava na empresa do médico, acerca das dificuldades quanto à definição da tabela de aplicação do aparentemente estapafúrdio imposto dos penachos dos cavalos dos enterros, proposta da vereança a fim de financiar o projeto alienista, “os cálculos não são precisos porque o Dr. Bacamarte não arranja nada”. A falta de precisão, aos olhos do magistrado, era também falta de necessidade. Mas enganava-se, “o médico arranhou tudo”, sobretudo a demanda. A loucura, bem como a cultura do seu tratamento, seria reinventada em Itaguaí. Além da nova cidade, o futuro seguro e condigno, a prosperidade de Simão Bacamarte: “Deus! Eram montes de ouro, eram mil cruzados sobre mil cruzados; dobrões sobre dobrões; era a opulência.” O médico não esconde a riqueza, envia esposa e parente para uma viagem ao Rio de Janeiro, jornada certamente custosa, como receava a própria cônjuge, e bem o

reconheceu a vila inteira ao acompanhar a comitiva de mais de quatorze pessoas, entre pajens e mucamas de D.Evarista, além de sua acompanhante Cesária, esposa do boticário Crispim Soares.

### **Casa Verde – “essa Bastilha da razão humana”**

O estipêndio votado pela Câmara, bem como a paga pelos familiares dos internos, soube deles abrir mão o alienista quando o fomento à continuidade do projeto da Casa Verde já não eram apenas os cofres públicos que mantinham, mas a economia inteira que animava o lugar. E daí a consequência iniludível, a rebelião a fim de cortar pela raiz o grande mal, o terror das finanças privadas desgovernadas pela assunção de um único ente particular como imagem e realidade do poder público, o tirano Dr. Bacamarte. E a petição ao governo para que fosse capturado e deportado vem expendida nas idéias afiadas de Porfírio, o barbeiro.

*“Note-se – e essa é uma das laudas mais puras desta sombria história – note-se que o Porfírio, desde que a Casa Verde começara a povoar-se tão extraordinariamente, viu crescerem-lhe os lucros pela aplicação assídua de sanguessugas que dali lhe pediam; mas o interesse particular, dizia ele, deve ceder ao interesse público. E acrescentava: — é preciso derrubar o tirano! Note-se mais que ele soltou esse grito justamente no dia em que Simão Bacamarte fizera recolher à Casa Verde um homem que trazia com ele uma demanda, o Coelho”.*

E a tal demanda, que Coelho e Porfírio traziam juntos, “acerca de uns chãos de vila, era filha da obscuridade de um alvará”. Padre Lopes, conhecedor dos trâmites obscuros de um alvará no Império e inimigo de Coelho, resume o desafeto ao lembrar da passagem em que Dante Alighieri na Divina Comédia narra os suplícios de dois traidores políticos no inferno, um conde condenado a roer eternamente a nuca de um arcebispo de Pisa: “aquele pecador ergueu a boca do fero pasto, limpando-a nos cabelos da cabeça cuja nuca ele estragara”. No conto, o sentimento de ódio aliado à resignação civil do padre, igualmente senhor de chãos e propriedades, modifica os versos inspiradores e faz com que o Coelho, antes de peccator, apareça como um chato, mas entre aspas, um “seccatore”<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Alguma referência ao que se sugere nessa passagem se explicita no filme, quando o juiz é chamado a explicar uma ilegalidade em torno de um suposto “sobrado do conde”, em que se favorecera o Porfírio Caldas em detrimento de Crispim Soares.

Padre Simão: “— Houve ou não houve falcaturia nesse negócio?”.

## **“A Casa Verde é um cárcere privado, disse um médico sem clínica”.**

Realizado em 1970, como adaptação livre ao conto de Machado de Assis, o filme *Azyllo muito louco* de Nelson Pereira dos Santos retoma essas temáticas pelo recurso às alegorias oportunas ao enfrentamento da repressão nada branda que então se vivia no Brasil, alcançando, nas palavras de Marcos Silva (2006) em entrevista com o diretor, uma “objetividade possível”.

No filme, médico e padre se sobrepõem na mesma personagem. Simão Bacamarte é a cidade toda, ilustre padre-doutor, pastor de almas e médico da gente, tendo como intenção maior o de que sua igreja não seja nem mais nem menos do que a rua.

“Essa igreja inaugura, esse é o meu pressentimento, um novo culto. Quero ser visto mais tempo fora da igreja do que dentro dela. A catequese meus filhos, transformará esta cidade toda numa só igreja, pois cuidarei da mente humana como um operário de almas”.

Assim, como primeira medida, Simão põe a cidade de joelhos a confessar seus pecados e, sobretudo, seus segredos. É enorme a fila ante o padre sentado em suntuosa cadeira no centro de um grande salão, extrapolando a visibilidade que lhe empresta a cena o recolhimento do confessionário tradicional, sempre à lateral da igreja, local em que o padre fala ao penitente salvaguardado pela cabine de confissão, quando é o penitente que mais se expõe e se envergonha de ter os seus pecados eventualmente conhecidos pelos que transitam ou rezam ao lado. Padre Simão não tem segredos, ou antes, evidencia que o segredo de todos já não estarão mais revelados a quatro paredes. O manicômio é pouco para as suas pretensões que desde o início manifestam-se ultrapassando os interesses científicos. A cidade de Serafim é seu alvo, não o poder eclesiástico ou as pompas do saber clínico. A sua clínica será a rua. E desde as primeiras cenas, Simão Bacamarte caminha.

Interessante observar o discurso de Bacamarte ao púlpito da igreja quando afirma serem veneráveis os doidos, por não terem juízo, logo, inimputáveis quanto aos seus pecados. No conto, merecerá a idéia lugar destacado, no frontispício da própria Casa Verde. Simão Bacamarte, “grande arabista”, alcança esse entendimento lendo o Corão, contudo, no conto, atribui o pensamento a Benedito VIII, o que o livra de

---

Sr. Juiz: “— Ora, nem é bem assim. Entre o Sr. Porfírio e o Dr. Crispim, de que lado se inclinaria a justiça?”.

eventuais desentendimentos com o bispo e com o vigário, de quem “tinha medo”. Contemporização estratégica para um médico no Império, mas irrelevante para o padre-doutor de um *azyllo muito louco*. O padre Simão tem ao seu lado o discurso do trabalho, como historicidade que evidencia o propósito dos seus atos, tanto quanto se conforma a partir da experiência das suas caminhadas por uma Serafim incapaz de criticar aqueles que se doam a tal moral. Desde o início do filme, padre Simão trabalha. E o seu trabalho, como projeto social, tem o valor inquestionável de implicar o trabalho dos outros. A obra de caridade representada na edificação da Casa Verde de Serafim, diferentemente daquela de Itaguaí, convoca a todos os cidadãos à doação, como um corpo social indistinto. E, assim, o que temos é a sociedade civil responsável, imagem plena da ideologia que Nelson Pereira dos Santos sabe tão perfeitamente servir ao ocultamento da sociedade de classes, que é a sua, como realizador de filmes críticos inclusive ao tempo da ditadura. “Contribuam para as obras do Asilo da Casa Verde. Aceitamos contribuições. Ajudem os seus irmãos dementes, contribuindo para as obras do asilo da Casa Verde.” E o mais importante: “qualquer contribuição, qualquer coisa”. No filme, os recursos advém da aliança com a governança local, na figura de D. Evarista, mas não sem o concurso da doação, fundamental na gestão da sociedade civil como entidade abstrata, movida por interesses elevados, moral e comprometimento benemérito. A caridade, em Nelson Pereira do Santos, é capitalista, e assim ultrapassa o sentimento cristão. Não custa lembrar que ONGs, Fundações e Organizações Sociais (OSs), sempre em pauta nas políticas neoliberais pro-privatização, apenas alcançam a maturidade, leia-se o acesso às dotações orçamentárias públicas de grande vulto, se estimulam a doação, e mais aprimoradamente, a doação de si, o voluntariado. O caso de Costa, sobrinho de D. João V que passa a distribuir toda a fortuna herdada e se empobrece, é exemplarmente tratado pelo diretor do filme sob a ótica dessa moral. Em visita ao tal louco, padre Simão flagra um momento de doações e inquire as pessoas, perguntando-lhes o porquê de não trabalharem: “o que esperam, por que não trabalham, esperam um milagre?”. Se Costa é trancafiado no manicômio de Itaguaí por não cuidar das diferenças que o distinguem pela nobreza dos seus credores, em Serafim merecerá tal sorte por descuidar do fato de que a uns apenas é dado o benefício da vida se acaso trabalharem para isso, enquanto que a outros, por direito de herança, a vida deve estar mais do que garantida.



A cidade fílmica de Serafim foi pensada artisticamente a partir da experiência da nossa atual sociedade de classes. A cultura é seu alvo como projeto de dominação. Quando no filme se abrem os portões do recém inaugurado manicômio, é a cidade inteira, seus poderes e estratos sociais, quem a ele acorrem em procissão. Os que primeiro alcançam os alpendres da grande entrada são homens em marcha de festa, como se fizessem parte de um Reisado, anunciando que mudanças na cultura estão por vir. E por último, os loucos, distinguíveis pela sobriedade e por serem recebidos sob aplausos. O manicômio é uma obra histórica, assim como a ciência.

No conto de Machado de Assis, a Casa Verde se confunde com Itaguaí, quando quatro quintos da população ali se encontravam internos como loucos. Numa reviravolta de pressupostos, o cientista os põe todos na rua. Acontecia de observar que a loucura estava em ser demasiadamente normal, aceitando-se como saudável e exemplar o desequilíbrio das faculdades. Alojados por grupos, foram então recolhidos aqueles em quem predominasse a modéstia, a tolerância, o ser verdadeiro, leal, simplice, magnânimo, sagaz, sincero, etc. Sendo imediatamente administrado como terapêutica a esses novos reclusos, o contrário desses comportamentos.

“Suponhamos um modesto. Ele aplicava a medicação que pudesse incutir-lhe o sentimento oposto; e não ia logo às doses máximas, – graduava-as, conforme o estado, a idade, o temperamento, a posição social do enfermo. Às vezes bastava uma casaca, uma fita, uma cabeleira, uma bengala para restituir a razão ao alienado; em outros casos a moléstia era mais rebelde; recorria então aos anéis de brilhantes, às distinções honoríficas, etc”.

*Finis coronat opus* e a obra está completa de acordo com o seu planejamento. O sucesso do médico Simão é notório, e a cura alcança a todos, exceto a si próprio, o alienista, pois que em si encontra as características do perfeito equilíbrio mental e moral, a paciência, a perseverança, a sagacidade, a veracidade, o vigor moral, a lealdade, “todas as qualidades enfim que podem formar um acabado mentecapto”. A si próprio se interna.

Fim diverso tem o *Azyllo muito louco*. Sublevada a revolução de Porfírio e rendida a Casa Verde, o que se propõe ao padre Simão é a tranquilidade, cuidando-se da loucura do povo aos poucos, “em doses suaves, a fim de não provocar a indisciplina e a

subversão”, nas palavras do líder revoltoso: a “paz, todo mundo trabalhando para mim em paz”.

Na inversão dos seus pressupostos, considerando a partir de então o comportamento normal e exemplar precisamente o que demonstra desequilíbrio das faculdades, Padre Simão repõe às ruas o quarto quinto da população de Serafim que se encontrava reclusa na Casa Verde, “gente sem nome, nem posse”, cuja anormalidade advinha de sua conduta, “subordinada a uma fixação, empobrecer”. Às ruas, os pobres, à labuta, os homens sem nome nem posse, os trabalhadores. Ficando, assim, restabelecida, a paz do Sr. Porfírio. E mais. Da nova hipótese patológica, a fim de tratar dos casos e comportamentos em que o equilíbrio se manifesta, portanto, ininterrupto, Padre Simão propõe a internação imediata da “minoría que não quer enriquecer, porque já não se considera pobre”, numa “experiência menos dispendiosa, pois não são muitos os doentes, e por isso mesmo mais tranqüila”, o que vai ao encontro do desejo de ordem social de Porfírio. À Casa Verde, a nobreza colonial da terra, à cidade, a nova ordem por um projeto de expansão dos negócios, como bem o prova o advento alienista, às portas da modernidade, ainda que conformado no domínio de posse sobre os homens, consolidando, nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda (2006), a iniciativa liberal-escravocrata. Nesse sentido, o filme discute, a partir de conjunturas históricas específicas, também o momento em que é realizado, período de perseguição política, supressão de liberdades, e, sobretudo, proletarização da classe trabalhadora por uma economia de arrocho salarial e endividamento do país, por projetos submetidos à intensa corrupção. A ditadura desse período cuidava do discurso nacionalista como quem reserva dinheiro no colchão de dormir e se declara doente para não sair da cama. Ao manicômio os que acreditassem de boa fé na patuscada do desenvolvimento da nação que então se preconizava. No filme, da reconfiguração dos plexos teóricos de Simão Bacamarte, D. Evarista vai interna, aos brados de um libelo pelo progresso da nação, que faria inveja a muitos dos propagandistas do governo militar de então.

“Eu mandarei construir uma cidade nova, a mais nova e bonita do mundo. Mil navios, milhões de léguas de estradas, trens de ferro, arsenais, fundições, tecelagens, máquinas a vapor, engenhos, plantações, criações de gado, hortas e pomares na cidade nova, no meio da floresta, mandarei construir... Não esquecerei as igrejas, catedrais góticas e romanas, ornadas de ouro e prata, de mil riquezas escondidas de nossa terra.”

Simão Bacamarte a vai conduzindo para sua nova morada, a cela manicomial, incentivando-a a prosseguir seu discurso sobre o futuro de Serafim. Ao que D. Evarista rebate num afã nacionalista: “O futuro de todo o Brasil, sem miséria e sem escravos”. Dito isso, padre Simão então fecha e trava a porta da masmorra.

### **O plano de Serafim: o filme/cidade.**

Assim como a política de saúde pública, pela perspectiva exposta mais acima, não se resume ao acesso aos serviços de saúde, sendo antes o direito de participar da definição do que se postula como saudável e desejável para a reprodução da vida em condições de alegria, tampouco a política e a cidade, como espaço público, vem a ser uma somatória de personagens em representação de seus próprios papéis. Assim como os grandes filmes nos encontram, a nós espectadores, para além da representação, quando nos unimos no político da criação, disputa e contradição da vida, também a cidade acontece com felicidade quando todos nela se encontram para além de supostos papéis sociais, ou o que assim se define pela sociedade moderna. Nelson Pereira dos Santos encena Serafim. Faz a cidade planejada porque a reduz à condição de ser habitada por personagens ou, termo mais adequado, profissões.

Serafim apenas aproxima os homens sob a condição de serem orquestrados, como se evidencia na cena final. O seu espaço público é encenado. Até mesmo a cultura popular de uma ciranda aí aparece como expressão de organização, e não como dimensão da práxis presente ao seu próprio fazer-se, criação aberta ao campo do possível. A experiência em Serafim está submetida ao pressuposto da lógica e dos princípios, afeita aos arroubos dos pensamentos grandiloquentes do gestor Simão, o regente, maestro do carnaval da loucura por ele próprio inventada. Ao fim do filme, cidade, natureza e história se separam, são criadas como sistemática, para juntar-se num modelo. Homens, montanha e criação ganham sua condição de objeto e se estilhaçam em peças de um quebra-cabeça. O corpo e o comportamento, enfim, aparecem inventados como gestos, determinação e ensaio de uma ópera, enfim, como personagens. Serafim se reinventa como sociedade hierarquicamente fundada. Daí, então, o filme, diferentemente do conto, não terminar no espaço da reclusão do manicômio, mas antes nos limites da cidade/pasto, evidenciando que a vida se desenrola

com objetividade de gado. Se Nelson Pereira dos Santos nos apresenta, como primeira imagem, um cérebro simétrico em divisões e metades, é com a cidade encenada que ao final somos brindados, a vocação totalizadora de uma organização submetida pela linguagem estrutural dos planos e das tomadas de cena. E parecerá sempre imagem terrível a cidade que pretender equivalência integral com a experiência planejada, sob pena de vivermos numa ditadura de imagens e representações em ocultamento talvez de realidades monstruosas e loucas, num destino holiudiano de cidade cinematográfica.

O filme de Nelson Pereira dos Santos, apresentando a vida dissecada e a cultura em perfeito alinhamento com a ordem e a vontade de razão, dá testemunho, no entanto, de que vivemos, e vivia-se ainda mais contundentemente naquele momento de acirramento da violência política e física do Estado brasileiro, numa sociedade capitalista que fracassou. Apesar de tudo, insistimos em não julgar aprazíveis os projetos que nos propõem, ou aceitá-los passivamente. O projeto de um *azylo muito louco*, ou de um exílio em terra própria, não é vitorioso. A orquestração da vida, investida final do padre-doutor, ainda não é a conquista do sucesso de uma bandinha militar ou o que seria a música dos seus compassos simétricos. Dessa forma, pode-se observar a trilha sonora do filme *azylo muito louco* como uma esperança, suas marteladas dramáticas e rasgos dissonantes são um convite a criação, obra dos sujeitos históricos, de homens e mulheres que inventam a possibilidade da história, tanto quanto insistem em sua loucura, pois afinal, tanto no filme, quanto no conto de Machado de Assis, é sempre o projeto alienista que se dobra e se reformula frente à insistência da vida em não se dobrar ou deixar inteiramente reformular. Uma cena que nos deve surpreender em *azylo muito louco* é aquela em que aparece o rosto de Simão Bacamarte dividido ao meio, tendo ocultada sua metade, como que a evidenciar que é homem, ou, nas palavras de Foucault (2000), um rosto, pronto a desvanecer na orla do mar, como uma escultura na areia, tão logo uma onda o desfaça. Não intimidado ou vencido pela condição das servidões voluntárias tal como demonstradas por La Boétie (1982), mas antes convicto em evidenciar que fracassam esses voluntarismos no campo da história, o filme de Nelson Pereira dos Santos é um libelo à esperança e à luta, com a certeza de que a história, ainda que não o saibam, é feita pelos homens, o que inclui as esculturas de areia e a preferência por esculpi-las próximo às ondas, contrariando qualquer vontade alienista de quebra-mar ou fim dos tempos.

## REFERÊNCIAS

- AROUCA, Sérgio. (1986) Discurso de Abertura da 8ª Conferência Nacional de Saúde. Ministério da Saúde: Brasília.
- ASSIS, Machado de. (1991) O alienista. Ática: São Paulo.
- CHALHOUB, Sidney. (1996) Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Cia da Letras.
- FOUCAULT, Michel. (2000) As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas. Martins Fontes: São Paulo.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. (2006) Raízes do Brasil. Cia das Letras: São Paulo.
- LA BOÉTIE, Etienne de. (1982) Discurso da servidão voluntária. Brasiliense: São Paulo.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich (2007) A ideologia alemã. Crítica da mais recente filosofia a alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. (1845-1846). Boitempo: São Paulo.
- SANTOS, Nelson Pereira dos. (1970) Azylo muito louco. DVD.
- SILVA, Marcos A. da. (2006) “Cenas do cinema brasileiro: Nelson Pereira dos Santos”. in: SILVA, Marcos A. da (org.) Brasil, 1964/1968: a ditadura já era ditadura. LCTE Editora: São Paulo.
- THOMPSON, E. P. (1997) A formação da classe operária inglesa. (3 vols.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- WILLIAMS, Raymond. (2005) “Quando foi o modernismo?” in: Revista Margem Esquerda, n.6, set. 2005, São Paulo.